

Grau de sigilo
#00**CONTRATO DE REPASSE Nº 0222676-56/2007 / MINISTÉRIO DAS CIDADES / CAIXA****CONTRATO DE REPASSE QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, REPRESENTADA PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, E O MUNICÍPIO DE CAMPINAS, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELATIVAS AO PROGRAMA INTERVENÇÕES EM FAVELAS - SANEAMENTO INTEGRADO.**

Plano de Trabalho nº 0222676-56/2007

Processo nº 0222676-56/2007

Autorização Ministério das Cidades nº. 0954 – P – Ofício 3003 de 29/08/2007

Por este instrumento particular, as partes adiante nominadas e qualificadas, têm, entre si, justo e acordado o Contrato de Repasse de recursos orçamentários, em conformidade com as disposições contidas na Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 15 de janeiro de 1997, e suas alterações, na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Instrução Normativa STN/MF nº 01, de 17 de outubro de 2005, na Lei nº 11.439, de 29 de dezembro de 2006, no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, na Portaria do Ministério das Cidades nº 439, de 12 de setembro de 2007 e suas alterações, bem como no Contrato de Prestação de Serviços firmado entre o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal e demais normas que regulam a espécie, as quais os partícipes, desde já, se sujeitam, na forma a seguir ajustada:

I - CONTRATANTE - A União Federal, por intermédio do Ministério das Cidades, representada pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira sob a forma de empresa pública, dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969 e constituída pelo Decreto nº 66.303, de 6 de março de 1970, regida pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 6.132, de 22 de junho de 2007, com sede no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lote 3/4, Brasília-DF, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 00.360.305/0001-04, na qualidade de Agente Operador, nos termos dos instrumentos supracitados, neste ato representada por MARCOS ROBERTO FONTES, RG nº 11.291.064, CPF nº 050.520.998-51, residente e domiciliado em Americana/SP, conforme procuração lavrada em notas do 2º Ofício de Notas e Protesto, no livro 2537 folha 152, em 11/01/2007 e substabelecimento lavrado em notas do 4º Ofício de Notas no livro 660, em 28/02/2007, doravante e denominada simplesmente CONTRATANTE.

II - CONTRATADO - O Município de CAMPINAS, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 51.885.242/0001-40, neste ato representado pelo respectivo Prefeito Municipal, Sr. Hélio de Oliveira Santos, portador do RG nº 4420442 e CPF nº 721.114.708-30, residente e domiciliado à Avenida Carlos Grimaldi, nº 1171 - Casa 481 - Campinas/SP, doravante denominado simplesmente CONTRATADO.

III - INTERVENIENTE EXECUTOR - SOCIEDADE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO - SANASA, inscrito no CNPJ-MF sob o nº 46.119.855/0001-37, com sede em Campinas, Estado de São Paulo, neste ato representado pelo respectivo Diretor Presidente Sr. Luis Augusto Castrillon de Aquino, portador do RG nº 9.370.115 e CPF nº 820.323.868-87, residente e domiciliado à Rua Francisco Pereira Coutinho, 111 - Parque Taquaral - Campinas/SP doravante denominado INTERVENIENTE EXECUTOR.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1 - O presente Contrato de Repasse tem por finalidade a transferência de recursos financeiros da União para a execução de HABITAÇÃO E SANEAMENTO - OBRA DE IMPACTO REGIONAL NA REGIÃO METROPOLITANA DE CAMPINAS, no Município de CAMPINAS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PLANO DE TRABALHO

2 - O detalhamento dos objetivos, metas e etapas de execução com os respectivos cronogramas, devidamente justificados, para o período de vigência deste Contrato de Repasse, constam do Plano de Trabalho e dos respectivos Projetos Técnicos, anexos ao Processo acima identificado, que passa a fazer parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição.

2.1 - A CONTRATANTE por meio deste Contrato de Repasse permite, como condição suspensiva, que o Contratado possa apresentar a documentação abaixo especificada, no prazo de 90 (noventa) dias da assinatura do presente Instrumento Contratual, e à análise favorável pela CONTRATANTE, que deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias da entrega da documentação pelo CONTRATADO:

2.1.1 - PENDÊNCIAS GERAIS

2.1.1.1 Apresentar Planta Geral das áreas de Intervenção (Entorno do Aeroporto e Pq. Ozziel/Monte Cristo).

2.1.1.2 Apresentar "descrição simplificada" de todas as obras e serviços a serem executados em cada área de intervenção enumerando a respectiva documentação existente, etapa em que serão executados e cronograma de cada etapa.

2.1.1.3 Apresentar comprovação de titularidade de todas as áreas que sofrerão intervenção (ruas futuras e existentes, onde serão executadas as obras de infra-estrutura).

2.1.1.4 Recuperação ambiental – apresentar projetos, orçamentos e cronograma.

2.1.1.5 Iluminação pública – apresentar projetos, orçamentos e cronogramas.

2.1.2 - PENDÊNCIAS ETAPA 1- PARQUE OZIEL, MONTE CRISTO E GLEBA B**2.1.2.1 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

a) Previstas 7 travessias – 4 autorizadas pelo DAEE – apresentar autorização das outras 3;

b) Travessia sob a Rodovia Santos Dumont – apresentar autorização da Concessionária COLINAS;

c) Linhas de tubos – apresentar servidões/autorizações de passagem;

d) Estação Elevatória de Esgoto (EEE) – apresentar Licença de Instalação (LI) e titularidade das áreas onde serão implantadas;

2.1.2.2 - VIAS ÔNIBUS – PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM (Fase 1)

a) Apresentar ART dos autores dos projetos ;

b) Aprovar os projetos;

c) Apresentar Alvará de Obras;

d) Apresentar detalhe do perfil da via para termos condições de aferir os custos propostos;

e) Apresentar detalhe da guia/sarjeta extrusada;

f) Apresentar detalhe construtivo das bocas de lobo, poços de visita, muros ala e etc...

g) Declaração da prefeitura de que as áreas são públicas e passíveis de receber recursos do OGU.

h) Pavimentação /Drenagem: foi apresentado projeto somente das vias de circulação de ônibus, falta das demais ruas;

2.1.2.3 - UNIDADES HABITACIONAIS – Gleba B – 100 unds de 38,05m²

a) Apresentar ART dos autores dos projetos;

b) Aprovar os projetos;

c) Apresentar Alvará de Obras;

d) Custo da unidade compatível com SINAPI;

e) Apresentar comprovação de titularidade;

2.1.3 - PENDÊNCIAS ETAPA 2 – ENTORNO DE VIRACOPOS**2.1.3.1 - ESGOTAMENTO SANITÁRIO**

a) Previsto 8 EEE – serão executadas apenas 6 – justificar;

b) Apresentar LI e titularidade das áreas da EEE;

c) Travessias DAEE – falta autorização do DAEE;

d) Travessia sob as rodovias – falta autorização das concessionárias/DER.

2.1.3.2 - PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM - VIAS ÔNIBUS - Jd. Itaguassú/Vl. Palmeiras:

a) Apresentar ART dos autores dos projetos;

b) Aprovar os projetos;

c) Apresentar Alvará de Obras;

- d) Apresentar detalhe do perfil da via para termos condições de aferir os custos propostos;
- e) Apresentar detalhe da guia/sarjeta extrusada;
- f) Apresentar detalhe construtivo das bocas de lobo, poços de visita, muros ala e etc...
- g) Pavimentação /Drenagem: foi apresentado projeto somente das vias de circulação de ônibus, falta das demais ruas;

2.1.3.3 - UNIDADES HABITACIONAIS – Jd Marisa - 85 unds de 39,47m2

- a) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- b) Aprovar os projetos;
- c) Apresentar Alvará de Obras;
- d) Custo da unidade compatível com SINAPI;
- e) Apresentar comprovação de titularidade.

2.1.4 - PENDÊNCIAS ETAPA 3 - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTOS

- a) ETE – existe decreto do prefeito tornando a área onde se instalará a ETE de utilidade pública, porém é necessário apresentar a IMISSÃO DE POSSE, com despacho favorável do Juiz;
- b) Apresentar LI da ETE;

2.1.5 - PENDÊNCIAS ETAPA 4 - EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

2.1.5.1 - CENTRO DE SAÚDE – Jd. Fernanda – 591,73m2

- a) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- b) Aprovar os projetos;
- c) Apresentar Alvará de Obras;
- d) Item "Fossa séptica" – justificar;
- e) Apresentar matrícula do terreno onde será construído;

2.1.5.2 - CENTRO DE SAÚDE – Jardim campo Belo – 649,95m2

- a) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- b) Aprovar os projetos;
- c) Apresentar Alvará de Obras;
- d) Item "Fossa séptica" – justificar;
- e) Apresentar matrícula do terreno onde será construído;

2.1.5.3 - CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO – Jardim Marisa

- a) Apresentar projetos, orçamentos e memoriais;
- b) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- c) Aprovar os projetos;
- d) Apresentar Alvará de Obras;
- e) Apresentar matrícula do terreno onde será construído;

2.1.5.4 - CENTRO COMUNITÁRIO E PROFISSIONALIZANTE – Jardim São Domingos

- a) Apresentar projetos, orçamentos e memoriais;
- b) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- c) Aprovar os projetos;
- d) Apresentar Alvará de Obras;
- e) Apresentar matrícula do terreno onde será construído;

2.1.5.5 - ESTAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA – Jardim Campo Belo

- a) Apresentar projetos, orçamentos e memoriais;
- b) Apresentar ART dos autores dos projetos;
- c) Aprovar os projetos;
- d) Apresentar Alvará de Obras;
- e) Apresentar matrícula do terreno onde será construído

2.1.6 - PENDÊNCIAS ETAPA 5 – REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E TRABALHO SÓCIO-AMBIENTAL

- a) Delimitar as áreas, descrever as ações a serem implementadas e apresentar os respectivos orçamentos.

2.1.7 - PENDÊNCIAS ETAPA 6 – PARQUE OZIEL, MONTE CRISTO E GLEBA B

2.1.7.1 - VIAS ÔNIBUS – PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM (Fase 2)

- a) Apresentar ART dos autores dos projetos ;
- b) Aprovar os projetos;
- c) Apresentar Alvará de Obras;
- d) Apresentar detalhe do perfil da via para termos condições de aferir os custos propostos;
- e) Apresentar detalhe da guia/sarjeta extrusada;
- f) Apresentar detalhe construtivo das bocas de lobo, poços de visita, muros, ala e etc...
- g) Declaração da prefeitura de que as áreas são públicas e passíveis de receber recursos do OGU.
- h) Pavimentação /Drenagem – foi apresentado projeto somente das vias de circulação de ônibus, falta das outras ruas;

2.1.8 - PENDÊNCIAS ETAPA 7 – ENTORNO DE VIRACOPOS**2.1.8.1 - VIAS ÔNIBUS – PAVIMENTAÇÃO/DRENAGEM (Fase 2)**

- a) Apresentar ART dos autores dos projetos ;
- b) Aprovar os projetos;
- c) Apresentar Alvará de Obras;
- d) Apresentar detalhe do perfil da via para termos condições de aferir os custos propostos;
- e) Apresentar detalhe da guia/sarjeta extrusada;
- f) Apresentar detalhe construtivo das bocas de lobo, poços de visita, muros, ala, entre outros;
- g) Declaração da prefeitura de que as áreas são públicas e passíveis de receber recursos do OGU.
- h) Pavimentação /Drenagem: foi apresentado projeto somente das vias de circulação de ônibus, falta das outras ruas;

2.2 - A eficácia contratual poderá ocorrer gradativamente por etapa ou serviço, na medida em que as pendências técnicas forem sendo equacionadas, implicando a rescisão de pleno direito do presente Contrato caso nenhuma meta seja equacionada.

2.3 - A eficácia em etapas ou por serviços está condicionada ao enquadramento nas normas do programa, à funcionalidade de cada etapa e comprovação da regularidade da área de intervenção relativas a cada etapa ou serviço, a serem atestados pela CONTRATANTE e à análise favorável do projeto técnico pela CONTRATANTE.

2.4 - O Contratado, desde já e por este Contrato de Repasse, reconhece e dá anuência que o não cumprimento das exigências relativas a uma ou mais metas implicará o cancelamento dessas metas, com redução dos valores previstos neste Contrato proporcional à(s) metas(s) a ser(em) cancelada(s).

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3 - Como forma mútua de cooperação na execução do objeto previsto na Cláusula Primeira, são obrigações das partes:

3.1 - DA CONTRATANTE

- a) manter o acompanhamento da execução do empreendimento, bem como atestar a aquisição dos bens pelo CONTRATADO, constantes do objeto previsto no Plano de Trabalho integrante deste Contrato de Repasse;
- b) transferir ao CONTRATADO os recursos financeiros, na forma do cronograma de execução financeira aprovado, observando o disposto na Cláusula Sexta deste Contrato de Repasse e a disponibilidade financeira do Gestor do Programa;
- c) analisar as eventuais solicitações de reformulação do Plano de Trabalho feitas pelo CONTRATADO, submetendo-as, quando for o caso ao Gestor do Programa;
- d) publicar no Diário Oficial da União o extrato deste Contrato de Repasse e de suas alterações, dentro do prazo estabelecido pelas normas em vigor;
- e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pelo CONTRATADO.

3.2 - DO CONTRATADO

- a) compatibilizar o objeto deste Contrato de Repasse com normas e procedimentos de preservação ambiental municipal, estadual ou federal, conforme o caso;
- b) ter consignado no Orçamento do corrente exercício ou, em prévia lei que autorize sua inclusão, os subprojetos ou subatividades decorrentes deste Contrato de Repasse e, no caso de investimento que extrapole o exercício, consignar no Plano Plurianual os recursos para atender às despesas em exercícios futuros que, anualmente

- constarão do Orçamento, podendo o CONTRATADO ser argüido pelos Órgãos de controle interno e externo pela eventual inobservância ao preceito contido nesta letra;
- c) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse;
 - d) repassar ao INTERVENIENTE EXECUTOR os recursos recebidos imediatamente após seu recebimento acrescidos da contrapartida devida, quando for o caso, para a consecução do objeto pactuado;
 - e) restituir, observado o disposto na Cláusula Oitava, o saldo dos recursos financeiros não utilizados;
 - f) prestar contas dos recursos transferidos pela União, junto à CONTRATANTE, inclusive dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras legalmente autorizadas, com a periodicidade definida neste Contrato de Repasse;
 - g) observar as condições para recebimento de recursos da União e para inscrição em restos a pagar, relativamente aos recursos contratados a título de contrapartida, estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4.5.2000;
 - h) divulgar, em qualquer ação promocional relacionada ao objeto e/ou objetivo do Contrato, o nome do Programa, a origem do recurso, o valor do financiamento e o nome do CONTRATANTE e do Gestor do Programa, como entes participantes, obrigando-se o CONTRATADO a comunicar expressamente à CAIXA a data, forma e local onde ocorrerá a ação promocional, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.
 - i) ~~notificar os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais, com sede no Município, da liberação dos recursos, no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimentos dos recursos.~~
 - j) comprometer-se a zelar pelo correto aproveitamento/funcionamento dos bens resultantes deste Contrato de Repasse, bem como promover adequadamente sua manutenção;
 - k) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Repasse.

3.3 - DO INTERVENIENTE EXECUTOR

- a) executar os trabalhos necessários à consecução do objeto a que alude este Contrato de Repasse, observando os critérios de qualidade técnica, normas e procedimentos de preservação ambiental - municipal, estadual ou federal, conforme o caso, os prazos e os custos previstos;
- b) apresentar à CONTRATANTE relatórios de execução físico-financeira relativos a este Contrato de Repasse, em periodicidade compatível com o cronograma de execução estabelecido;
- c) apresentar relatório da utilização da contrapartida proporcional a cada parcela a ser liberada, a qual deverá ser realizada de acordo com a execução físico-financeira;
- d) propiciar, no local de execução das obras/serviços, os meios e as condições necessários para que a CONTRATANTE possa realizar inspeções periódicas, bem como os órgãos de controle externo;
- e) manter, em Agência da CAIXA, conta bancária vinculada ao Contrato de Repasse, para recebimento dos recursos por intermédio do CONTRATADO;
- f) observar o disposto na Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, na Lei nº10.520/02, no Decreto nº5.504/05 e na IN STN 01, de 15 de janeiro de 1997 para a contratação de empresas para a execução do objeto deste Contrato de Repasse, bem como utilizar a modalidade de licitação Pregão para os casos de contratação de bens e serviços comuns, obedecendo o disposto nos incisos I a V do art. 1º da Portaria Interministerial (Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda) nº 217, de 31.07.06, a qual o contratado declara conhecer seu inteiro conteúdo;
- g) adotar o disposto nas Leis 10.048, de 18.11.2000, e 10.098, de 19.12.2000, e no Decreto 5.296, de 02.12.2004, relativamente à promoção de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência física ou com mobilidade reduzida.
- h) tomar outras providências necessárias à boa execução do objeto deste Contrato de Repasse.

CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4 - A CONTRATANTE transferirá ao CONTRATADO, de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho, até o valor de R\$ 59.894.804,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quatro reais).

4.1 - A título de contrapartida, o CONTRATADO alocará a este Contrato de Repasse, de acordo com o cronograma de execução financeira, o valor de R\$ 16.661.396,00 (dezesseis milhões, seiscentos e sessenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais).

4.2 - Os recursos transferidos pela União e os recursos do CONTRATADO destinados a este Contrato de Repasse, figurarão no Orçamento do CONTRATADO, obedecendo ao desdobramento por fontes de recursos e elementos de despesa.

4.3 - Recursos adicionais que venham ser necessários à consecução do objeto deste Contrato terão seu aporte sob responsabilidade exclusiva do CONTRATADO.

4.4 - A movimentação financeira deve ser efetuada, obrigatoriamente, na(s) conta(s) vinculada(s) a este Contrato de Repasse, podendo a contrapartida financeira ser movimentada unicamente na conta vinculada em nome do INTERVENIENTE EXECUTOR.

CLÁUSULA QUINTA - DA AUTORIZAÇÃO PARA INÍCIO DAS OBRAS/SERVIÇOS

5 - O CONTRATADO e o INTERVENIENTE EXECUTOR, por meio deste instrumento, manifestam sua expressa concordância em aguardar a autorização escrita da CONTRATANTE para o início de cada etapa de obras e/ou serviços integrantes do objeto deste Contrato de Repasse.

5.1 - A autorização mencionada acima ocorrerá após a finalização do processo de análise pós-contratual.

5.2 - Eventuais obras e/ou serviços executados antes da autorização da CONTRATANTE não serão objeto de medição com vistas à liberação de recursos até a emissão da autorização acima disposta.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO E DA AUTORIZAÇÃO DE SAQUE DOS RECURSOS

6 - A liberação dos recursos financeiros será feita diretamente em conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse, sob bloqueio, após sua publicação no Diário Oficial da União, cumpridas as exigências explicitadas na Cláusula Segunda, e após autorização para início das obras/serviços disposta na Cláusula Quinta e ocorrerá em conformidade com o cronograma físico-financeiro aprovado, respeitando a disponibilidade financeira do Gestor do Programa e atendidas as exigências cadastrais vigentes.

6.1 - A autorização de saque dos recursos creditados na conta vinculada será feita em parcelas, de acordo com o cronograma físico-financeiro, após atestada, pela CONTRATANTE, a execução física e a comprovação do aporte da contrapartida financeira da etapa correspondente e após a comprovação financeira da etapa anterior pelo INTERVENIENTE EXECUTOR.

6.1.1 - A critério da CONTRATANTE, as parcelas referentes a obras e serviços executados por administração direta poderão ter seu saque autorizado antecipadamente, com exceção da última parcela, sendo condição para os saques subsequentes, o ateste, pela CONTRATANTE, da execução física da etapa imediatamente anterior, bem como da comprovação dos respectivos serviços e obras realizados a título de contrapartida.

6.2 - O saque da última parcela, que não poderá ser inferior a 10% do valor de repasse contratado, ficará condicionado ao ateste, pela CONTRATANTE, da execução total do empreendimento objeto deste Contrato de Repasse, bem como à comprovação, pelo CONTRATADO/INTERVENIENTE EXECUTOR, da integral aplicação do valor relativo à contrapartida exigível.

6.3 - O CONTRATADO/INTERVENIENTE EXECUTOR, por meio deste instrumento, declara estar ciente que a não aprovação pela CONTRATANTE do produto inicial relativo à metodologia implicará a rescisão contratual e a não liberação dos recursos contratados bem como a devolução dos recursos eventualmente já sacados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DOS RECURSOS

7 - As despesas com a execução deste Contrato de Repasse correrão à conta de recursos alocados nos respectivos orçamentos dos partícipes.

7.1 - R\$ 59.894.804,00 (cinquenta e nove milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, oitocentos e quatro reais) correrão à conta de recursos alocados no orçamento do Gestor, no exercício de 2007 a 2010, Unidade Gestora 175004, Gestão 00001, na(s) Fonte(s) de Recursos 300, no seguinte programa:

a) Programa de Trabalho (funcional) 175121128006H:
R\$ 5.983.490,92 (cinco milhões, novecentos e oitenta e três mil, quatrocentos e noventa e dois centavos), Natureza da Despesa 444042, Nota de Empenho (NE) nº 2007NE001989, emitida em 29/08/2007.

7.2 - R\$ 53.911.313,08 (cinquenta e três milhões, novecentos e onze mil, trezentos e treze reais e oito centavos) a ser empenhado no exercício de 2008 a 2010, de acordo com determinação específica do Gestor, com incorporação a este Contrato de Repasse mediante apostilamento.

7.3 - A eficácia do presente Contrato de Repasse está condicionada à validade do(s) empenho(s) acima citado(s) que é determinada por instrumento legal, findo o qual, sem a total liberação dos recursos, este Contrato fica automaticamente extinto.

~~7.4 - A despesa do CONTRATADO com a execução deste Contrato de Repasse, a título de contrapartida, correrá à conta de recursos alocados no seu orçamento.~~

CLÁUSULA OITAVA - DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

8 - A execução financeira deste Contrato de Repasse deverá atender às condições estabelecidas nesta Cláusula.

8.1 - A programação e a execução deverão ser realizadas em separado, de acordo com a natureza e a fonte, se for o caso.

8.2 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados para o pagamento de despesas relativas a período anterior ou posterior à vigência deste Contrato de Repasse.

8.3 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE não poderão ser utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento.

8.4 - Os recursos transferidos pela CONTRATANTE deverão ser movimentados, única e exclusivamente, na Caixa Econômica Federal, Agência nº 0296, em conta bancária de nº 006.647038-6, em nome do contratado, vinculada a este Contrato de Repasse.

8.4.1 - Os recursos transferidos, enquanto não utilizados, serão aplicados em caderneta de poupança se o prazo previsto para sua utilização for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando a sua utilização estiver prevista para prazo menor que um mês.

8.4.1.1 - Fica a CONTRATANTE autorizada a promover as aplicações dos recursos creditados na conta bancária vinculada a este Contrato de Repasse nas hipóteses e segundo as modalidades de aplicação previstas nesta Cláusula.

8.4.2 - As receitas financeiras auferidas na forma deste item serão computadas a crédito deste Contrato de Repasse, podendo ser aplicadas dentro da vigência contratual na consecução/ampliação de seu objeto e devendo constar de demonstrativo específico que integrará a prestação de contas, vedada a sua utilização como contrapartida.

8.4.2.1 - Na ocorrência de rendimentos negativos na aplicação financeira que comprometam a execução do objeto contratual, fica o CONTRATADO obrigado ao aporte adicional de contrapartida.

8.5 - Eventuais saldos financeiros verificados quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do Contrato de Repasse, inclusive os provenientes das receitas obtidas em aplicações financeiras realizadas, após conciliação bancária da conta vinculada a este Instrumento, deverão ser restituídos à UNIÃO FEDERAL no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias do evento, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição. *al*

8.5.1 - Deverão ser restituídos, ainda, todos os valores transferidos, acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente, a partir da data do recebimento, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, nos seguintes casos:

- a) quando não for executado o objeto pactuado neste Instrumento;
- b) quando não for apresentada, no prazo regulamentar, a respectiva prestação de contas parcial ou final;
- c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Instrumento;
- d) quando houver utilização dos valores resultantes de aplicações financeiras em desacordo com o estabelecido no item 8.4.2.

8.5.2 - O CONTRATADO, nas hipóteses previstas nos itens 8.5 e 8.5.1, será notificado para que, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, restitua os valores dos repasses acrescidos de juros legais e atualizados monetariamente.

8.5.3 - Vencido o prazo previsto no item anterior sem que o CONTRATADO proceda a restituição dos valores, fica a CONTRATANTE autorizada, caso haja recursos disponíveis na conta vinculada, a proceder aos débitos dos valores respectivos e repassá-los à União.

8.5.4 - Na hipótese prevista no item 8.5.3 não havendo recursos suficientes para se proceder a completa restituição, deverá ser instaurada a imediata Tomada de Contas Especial, providenciada pela CONTRATANTE.

8.6 - Os casos fortuitos ou de força maior que impeçam o CONTRATADO de prestar contas dos recursos recebidos e aplicados ensejarão a juntada de documentos e justificativas, a serem entregues à CONTRATANTE, para análise e manifestação do Gestor do Programa.

CLÁUSULA NONA - DOS BENS REMANESCENTES AO TÉRMINO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

9 - Os bens patrimoniais remanescentes, adquiridos ou produzidos em decorrência deste Contrato de Repasse, previstos no Plano de Trabalho, quando da extinção deste Contrato, serão de propriedade do Gestor do Programa.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PRERROGATIVAS

10 - É o Gestor do Programa a autoridade normatizadora, com competência para coordenar e definir as diretrizes do Programa, cabendo à CONTRATANTE o acompanhamento e avaliação das ações constantes no Plano de Trabalho.

10.1 - Sempre que julgar conveniente, o Gestor do Programa poderá promover visitas *in loco* com o propósito do acompanhamento e avaliação dos resultados das atividades desenvolvidas em razão deste Contrato de Repasse, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes ao assunto.

10.2 - É prerrogativa da União, por intermédio do Gestor do Programa e da CONTRATANTE, promover a fiscalização físico-financeira das atividades referentes a este Contrato de Repasse, bem como, conservar, em qualquer hipótese, a faculdade de assumir ou transferir a responsabilidade da execução da obra/serviço, no caso de sua paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

10.2.1 - Obriga-se o CONTRATADO, neste último caso, a restituir à União os valores atualizados monetariamente correspondentes aos recursos liberados e ao percentual da contrapartida pactuada não aplicada na consecução do objeto deste Contrato, na forma indicada pela CAIXA na época da restituição.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS E DA CONTABILIZAÇÃO

11 - Obriga-se o CONTRATADO a registrar, em sua contabilidade analítica, em conta específica do grupo vinculado ao ativo financeiro, os recursos recebidos da CONTRATANTE, tendo como contrapartida conta adequada no passivo financeiro, com subcontas identificando o Contrato de Repasse e a especificação da despesa, nos termos do art. 54, parágrafo primeiro, do Decreto nº 93.872/86.

11.1 - As faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas serão emitidos em nome do INTERVENIENTE EXECUTOR, devidamente identificados com o número do Contrato de Repasse, e mantidos em arquivo, em ordem cronológica, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo e pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas pela CONTRATANTE.

11.1.1 - A CONTRATANTE poderá solicitar o encaminhamento de cópias dos comprovantes de despesas, ou de outros documentos, a qualquer momento, sempre que julgar conveniente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

12 - A Prestação de Contas referente ao total dos recursos de que trata a Cláusula Quarta, deverá ser apresentada à CONTRATANTE até 60 (sessenta) dias após o término da vigência do contrato.

12.1 - Constatada irregularidade ou inadimplência na apresentação da Prestação de Contas final a que se refere o *caput* desta Cláusula, o CONTRATADO será notificado para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da notificação, adote as providências para sanar a irregularidade, ou cumprir a obrigação.

12.1.1 - Decorrido o prazo da notificação sem que a irregularidade tenha sido sanada, ou cumprida a obrigação, a CONTRATANTE comunicará o fato, de imediato, ao respectivo órgão responsável pelo controle interno, providenciando junto ao órgão de contabilidade analítica a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REEMBOLSO DE DESPESAS EXTRAORDINÁRIAS

13 - Correrão às expensas do CONTRATADO os valores relativos às despesas extraordinárias incorridas pela CONTRATANTE decorrentes de reanálise, por solicitação do CONTRATADO ou do INTERVENIENTE EXECUTOR, de enquadramento de Plano de Trabalho e de projetos de engenharia e de trabalho social, das despesas resultantes de vistoria de etapas de obras não previstas originalmente, bem como de publicação de extrato no Diário Oficial da União decorrente de alteração contratual de responsabilidade do CONTRATADO ou do INTERVENIENTE EXECUTOR.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA AUDITORIA

14 - Os serviços de auditoria serão realizados pelos órgãos de controle interno e externo da União, sem elidir a competência dos órgãos de controle interno e externo do CONTRATADO, em conformidade com o Capítulo VI do Decreto nº 93.872/86.

14.1 - É livre o acesso de servidores do Sistema de Controle Interno ao qual esteja subordinado a CONTRATANTE, a qualquer tempo, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA IDENTIFICAÇÃO DAS OBRAS E DAS AÇÕES PROMOCIONAIS

15 - É obrigatória a identificação do empreendimento com placa segundo modelo fornecido pela CONTRATANTE, durante o período de duração da obra, devendo ser afixada no prazo de até 15 (quinze) dias, contados a partir da autorização do CONTRATADO para o início dos trabalhos sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

15.1 - Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Contrato de Repasse será obrigatoriamente destacada a participação da CONTRATANTE, do Gestor do Programa, bem como o objeto de aplicação dos recursos, observado o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal sob pena de suspensão da liberação dos recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA VIGÊNCIA

16 - A vigência deste Contrato de Repasse iniciar-se-á na data de sua assinatura, encerrando-se no dia 28 de setembro de 2009, possibilitada a sua prorrogação mediante aprovação da CONTRATANTE, quando da ocorrência de fato superveniente que impeça a consecução do objeto no prazo acordado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

17 - O presente Contrato poderá ser denunciado por qualquer das partes e rescindido a qualquer tempo, ficando os contratantes responsáveis pelas obrigações assumidas na sua vigência, creditando-se-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, aplicando, no que couber, a IN/STN/MF nº 01/97 e demais normas pertinentes à matéria.

17.1 - Constitui motivo para rescisão do presente Contrato o descumprimento de qualquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pela CONTRATANTE a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho.

17.1.1 - A rescisão do Contrato, na forma acima prevista e sem que tenham sido os valores restituídos à União Federal, ensejará a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ALTERAÇÃO

18 - A alteração deste Contrato de Repasse, no caso da necessidade de ajustamento da sua programação de execução física e financeira, inclusive a alteração do prazo de vigência, será feita por meio de Carta Reversal e será provocada pelo CONTRATADO, ou pelo INTERVENIENTE EXECUTOR, mediante apresentação das respectivas justificativas, no prazo mínimo de 20 (vinte) dias que antecedem o término da sua vigência, sendo necessária, para sua implementação, a concordância da CONTRATANTE.

18.1 - A alteração do prazo de vigência deste Contrato de Repasse, em decorrência de atraso na liberação dos recursos por responsabilidade do Gestor do Programa, será promovida "de ofício" pela CONTRATANTE, limitada ao período do atraso verificado, fazendo disso imediato comunicado ao CONTRATADO.

18.2 - A alteração contratual referente ao valor do contrato será feita por meio de Termo Aditivo, vedada, entretanto, a alteração para maior dos recursos oriundos da transferência ao CONTRATADO, tratados na Cláusula Quarta, item 4.

18.3 - É vedada a alteração do objeto previsto neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS REGISTROS DE OCORRÊNCIAS E DAS COMUNICAÇÕES

19 - Os documentos instrutórios ou comprobatórios relativos à execução deste contrato deverão ser apresentados em original ou em cópia autenticada.

19.1 - As comunicações de fatos ou ocorrências relativas ao presente Contrato de Repasse serão consideradas como regularmente feitas se entregues por carta protocolada, telegrama, telex ou fax.

19.2 - As correspondências dirigidas ao CONTRATADO deverão ser entregues no seguinte endereço: Av. Anchieta, 200 - 4º andar - Centro - CEP 13.015-905.

19.3 - As correspondências dirigidas ao INTERVENIENTE EXECUTOR deverão ser entregues no seguinte endereço: Avenida da Saudade, 500 - Ponte Preta - CEP: 13.041-903 - Campinas/SP.

19.4 - As correspondências dirigidas à CONTRATANTE deverão ser entregues no seguinte endereço: Caixa Econômica Federal, Superintendência Regional Campinas, Avenida Francisco Glicério, 1480 - 4º andar - Centro - CEP 13012-100 Campinas/SP.

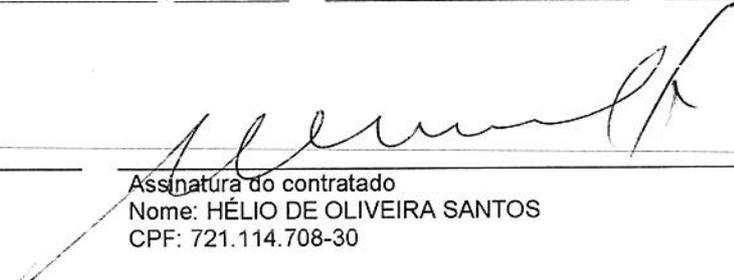
CLAUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20 - Para dirimir os conflitos decorrentes deste Contrato de Repasse fica eleito o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

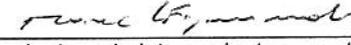
E, por estarem assim justos e pactuados, firmam este Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas, que assinam, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele.

CAMPINAS, 28 de Setembro de 2007
Local/Data


Assinatura do contratante
Nome: MARCOS ROBERTO FONTES
CPF: 050.520.998-51

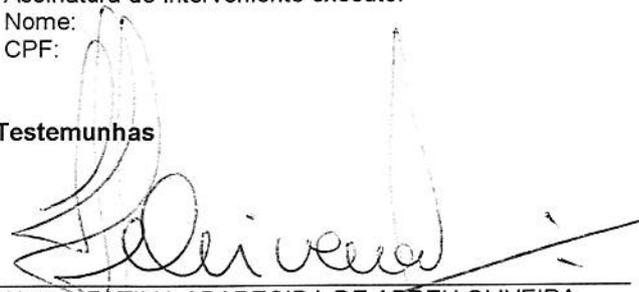

Assinatura do contratado
Nome: HÉLIO DE OLIVEIRA SANTOS
CPF: 721.114.708-30


Assinatura do interveniente executor
Nome: LUIS AUGUSTO CASTRILLON DE AQUINO
CPF: 820.323.868-87


Assinatura do interveniente executor
Nome: MARCELO QUARTIM BARBOSA DE FIGUEIREDO
CPF: 934.475.908-15

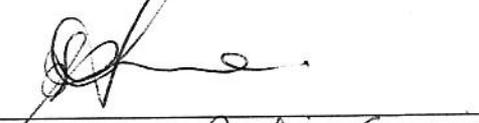
Assinatura do interveniente executor
Nome:
CPF:

Testemunhas


Nome: FÁTIMA APARECIDA DE ABREU OLIVEIRA
CPF: 890.934.888-72


Nome: CECÍLIA HELENA BOMFIM
CPF: 535.075.686-91


Nome: FERNANDO VAZ POP
CPF: 600.497.748-91


Nome: Silvana Ligolin Ferreira
CPF: 054.072.098-45